

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

RECURSO

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro Oficial da Comissão Especial de Licitação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Ref. Pregão nº 019/2020 – Processo nº13982/2019

CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 15.676.062/0001-95, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, a tempo e modo, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão que aceitou a proposta de preços e a habilitou a empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELLI - EPP, portadora do CNPJ 75.395.665/0001-40, o que faz com fundamento no inciso XVIII, do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelas razões anexas aduzidas.

DAS RAZÕES DO RECURSO

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo na medida em que a intenção de sua interposição foi aceita pelo pregoeiro, no dia 14/04/2020. Sendo de 3 (três) dias úteis o prazo para registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, temos como termo final o dia 17/04/2020, até às 23:59, sexta-feira, sendo, portanto, tempestivo.

DOS FATOS

O NÃO CUMPRIMENTO À PARTE DO EDITAL:

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.8. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação.

Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.10. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas alíneas a e b da condição 7.10, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado, nos termos das alíneas a e b da condição 7.10, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na condição 7.12.

A alínea 7.10 – A, deixa bem claro que o sistema deve selecionar o autor da menor oferta e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

Visto que somente 1 empresa das selecionadas ofertou lance fechada, o sistema deve obrigatoriamente cumprir a alínea 7.10 – B do edital que diz:

b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

A exigência editalícia é lei que rege o certame licitatório e deve ser integralmente cumprida não só por todos os licitantes como também pela Administração Pública.

Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO: “Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos e a serem praticados e as regras que o regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a 7 regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento.” (Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65 e 417) – Destaque nosso.

Outro fato observado é quanto a documentação apresentada pela empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELLI - EPP, portadora do CNPJ 75.395.665/0001-40, visto que o edital no termo de JUSTIFICATIVA E

ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Para os principais itens de cada lote exige-se a apresentação de certificado. Dispensa-se a certificação para os itens secundários associados, no mesmo lote, a itens certificados. Essa medida tem por fim a atenuação de restrições à competitividade, haja vista que a certificação pressupõe características físicas precisas, o que inviabilizaria a adequação, pelos fabricantes, às dimensões específicas determinadas neste Termo de Referência.

Para os seguintes itens exige-se certificado de marca de conformidade:

LOTE 1 – ITENS 1,2,3 – CERTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

ITEM 1

Mesa de escritório com tampo em formato "L"

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13966/2008 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1600 mm x 1600 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

ITEM 2

Mesa de escritório com tampo em formato "L"

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13966/2008 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1600 mm x 1400 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

ITEM 3

Mesa de escritório com tampo em formato "L"

- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR 13966/2008 ou mais atualizada.

DIMENSÕES

- Largura do tampo: 1400 mm x 1600 mm;
- Profundidade do tampo: 600 mm;
- Altura da mesa: 735 mm, variação de ± 5 mm;
- Dimensões específicas conforme o desenho e respectiva legenda.

A empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELLI - EPP, portadora do CNPJ 75.395.665/0001-40, apresentou somente CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DE MARCA ABNT NBR 13966 para mesas retas/retangulares, ou seja, o edital exigia-se o certificado para mesas em "L"(item 1,2 e 3). Também vale lembrar que a altura das mesas exigidas no edital é 735mm com variação de 5mm, tanto para + ou para -, ou seja, de 730 a 740mm. Os certificados apresentados pela INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELLI - EPP, portadora do CNPJ 75.395.665/0001-40, quanto a altura das suas mesas é de 745 a 750mm, ou seja, valor fora das medidas exigidas em edital.

Existe uma grande diferença no quesito de certificação quanto a mesas retas e mesas em "L", tanto na estabilidade, quanto a tração, resistência, medidas, utilização...tec. São tantos os aspectos que se diferencia de uma mesa para outra. Portanto a apresentação de um certificado de mesa reta/retangular não substitui a apresentação de certificado de mesa em "L", sendo que todos os testes realizados para cada tipo de mesa contem seus respectivos ensaios, e que outras empresas possuem essa certificação de mesas em "L".

Em termos de procedimentos licitatórios, a habilitação tem o fito de demonstrar a regularidade da empresa para com o mercado, a regularidade para com o fisco, o know-how técnico, tudo isso para, de certa forma, pelo menos a princípio, demonstrar sua capacidade (técnica e econômico-financeira) para honrar com as obrigações decorrentes daquela nova contratação para a qual se candidatou. Em termos de segurança, legalidade, eficiência e, principalmente, interesse público (princípios que norteiam a administração pública), os requisitos específicos de habilitação (técnica e econômico-financeira) devem ser não só observados, mas seguidos à risca da legalidade e formalidade.

DOS PEDIDOS

Após apresentadas todas as razões pela qual a empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELLI - EPP, portadora do CNPJ 75.395.665/0001-40, no qual deixou de cumprir com as exigências do edital e quanto aos requisitos de habilitação, pela não apresentação para mesas em "L" de certificado de conformidade de marca ABNT NBR 13966 dos itens 1,2,3 do LOTE 1, pedimos a desclassificação da mesma.

Quanto ao não cumprimento do sistema quanto à SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO, 7.10 – alinéa B, que seja reaberto a seção de disputa para lance fechado para as empresas na sequência de ordem classificatória e que não tiveram a oportunidade de dar lance fechado, possam por direito, dar seus lances fechados, a fim de que, se cumpra na íntegra a Lei estabelecida e o edital quanto a Alínea 7.10 B – onde na ausência de até 3 ofertas fechadas, seriam convocadas as empresas subsequentes até o máximo de três, na ordem de classificação, a ofertarem lances fechados. Vale lembrar que essa regra deve ser somente para aquelas empresas que ainda não tiveram essa oportunidade, ficando de fora todas aquelas com valores até 10% superiores a melhor oferta, pois as mesmas já tiveram a oportunidade, porém deixaram de efetuar seus lances.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na

hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior.

Nestes Termos, pede deferimento.

Toledo, 14 de Abril de 2020.

André L. De Marchi
Sócio Diretor da Empresa Center Móveis e Design Ltda

Fechar